

Contra Naturam



Rafael M. Mérida Jiménez

Seleção, organização e introdução

Contra Naturam

O HOMOEROTISMO
NA CULTURA
EUROPEIA
MEDIEVAL
NÃO IBÉRICA

o sexo da
PALAVRA

1ª edição

Uberlândia - MG

2023





Edição © O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais. 2023

Editor-chefe: Antonio K.valo

Curador: Fábio Figueiredo Camargo

Assistente: Barbara Caetano

Catálogo na Publicação - CIP

C764 Contra naturam: o homoerotismo na cultura europeia medieval não Ibérica / Rafael M. Mérida Jiménez seleção, organização e introdução, tradução Amália Cardona Leites et al.. 1 ed. – Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023.
235 p. : il.

ISBN 978-65-88010-49-5

Tradução de: Contra natura. El homoerotismo en la cultura europea medieval (no Ibérica).

1. Homossexualidade masculina. 2. Homossexualidade e literatura. 3. Literatura homoerótica - História e crítica. I. Mérida Jiménez, Rafael M. sel. org. intro. II. Leites, Amália Cardona, trad. III. Título.

CDD: 306.76

CDU: 392.6

Elaborada por Gizele Cristine Nunes do Couto – CRB6-2091

CONSELHO EDITORIAL

Alex Fabiano Jardim
Ana Maria Colling
André Luis Mitidieri
Andréa Sirihal Werkema
Antonio Fernandes Jr.
Cláudia Maia
Cleudemar Fernandes
Davi Pinho
Djalma Thurler
Eliane Robert Moraes
Eneida Maria de Souza
Emerson Inácio
Flávia Teixeira
Flávio Pereira Camargo
Joana Muylaert
Larissa Pelúcio
Leandro Colling
Leonardo Mendes

Luciana Borges
Luiz Morando
Maria Elisa Moreira
Mário César Lugarinho
Nádia Batella Gotlib
Patrícia Goulart Tondinelli
Paulo César Garcia
Renata Pimentel
Ricardo Alves dos Santos
Telma Borges
Vinícius Lopes Passos

CURADORIA

Fábio Figueiredo Camargo
Leonardo Francisco Soares
Ivan Marcos Ribeiro

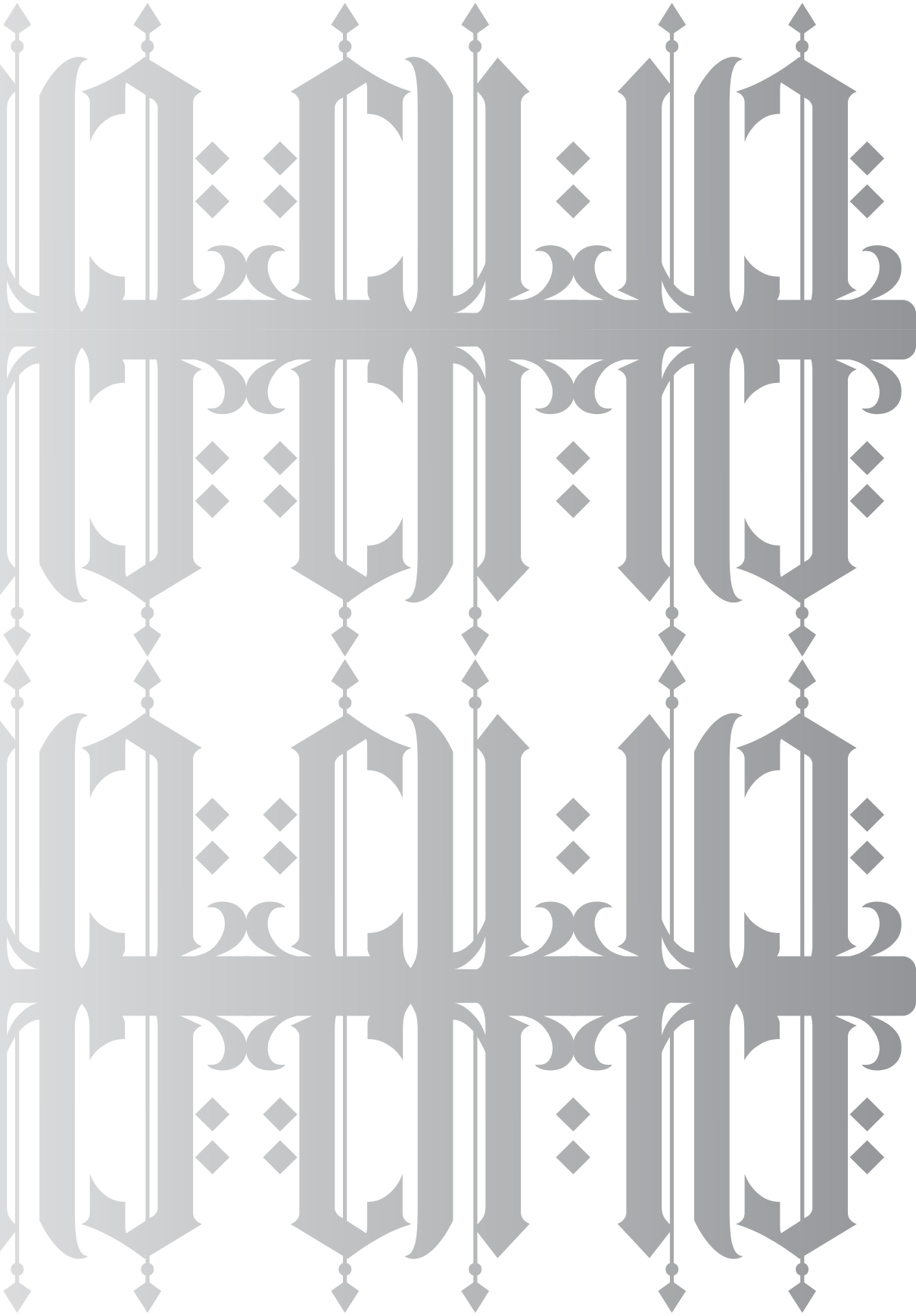
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.

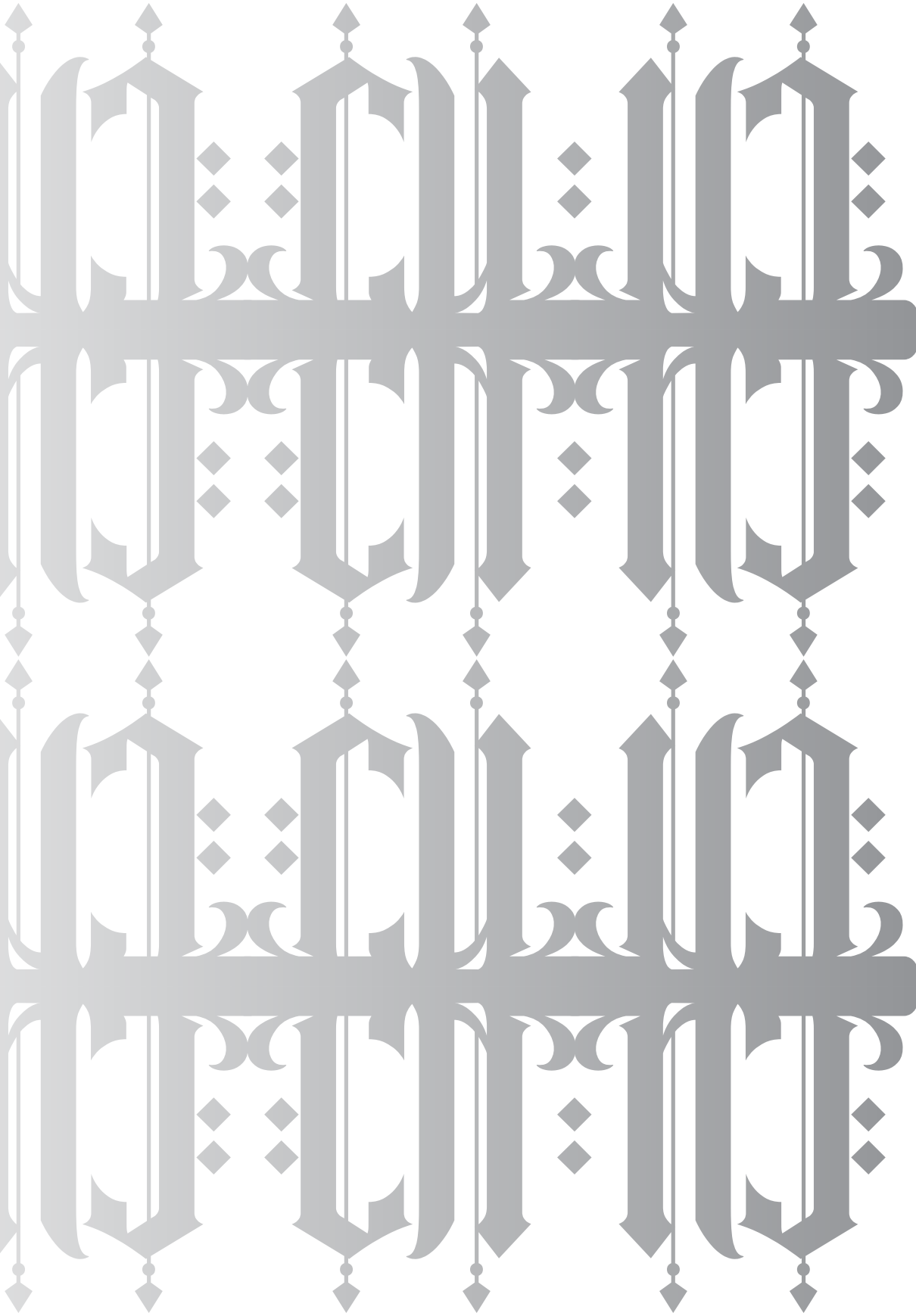


www.osexodapalavra.com









Os editores agradecem a colaboração de todos os envolvidos nesta empreitada. A contribuição do organizador da antologia, **Rafael M. Mérida Jimenez**, que abre o livro com uma introdução esclarecendo a sua seleção, pois elaborou uma importante pesquisa sobre textos pouco conhecidos, mote fundamental deste projeto. Se faz importante salientar que esta pesquisa foi produzida na Espanha, daí a importância de ser uma antologia babélica, na qual se juntam línguas como francês, latim, inglês, italiano, alemão e provençal.

Sem o imenso trabalho em equipe dos tradutores, seria impossível a concretização de tal antologia, portanto, agradecemos a **Amalia Cardona Leites, André Luís Mitidieri Pereira, Daniel Padilha Pacheco da Costa, Frederico de Sousa Silva, Gabriel Portella Carneiro, Ivan Marcos Ribeiro, Júlia Batista Castilho de Avellar, Leandro César Albuquerque de Freitas, Suelen Najara de Mello**.

Conhecer esses textos é de suma importância para a arqueologia do preconceito e das interdições aos sujeitos homossexuais e dissidentes de gênero. É necessário voltar ao passado para compreendermos o presente e podermos alterar ou educar as sensibilidades futuras. Acreditamos que esta antologia será útil não apenas aos pesquisadores de gênero e sexualidade, mas a todos os leitores interessados em conhecer melhor a nossa história. Aproveitem.

Os editores







Contra Naturam

O homoerotismo na cultura europeia
medieval não ibérica¹

Rafael M. Mérida Jiménez

Tradução realizada por
Amalia Cardona Leites

Revisada por
André Luis Mitidieri Pereira

As vozes dos verdugos

IS

A negação e a condenação do desejo “homossexual” tem sido uma constante do cristianismo ao longo de seus mais de vinte séculos de história. Ainda que à primeira vista possa parecer paradoxal, negar e condenar formam os dois lados de uma mesma moeda, cujo objetivo é a imposição e regulação de um modelo único de sexualidade, à margem do qual só existe o pecado mais atroz, contra as leis de uma natureza definida por sua fertilidade procriadora. Posto que se trata de Natureza, em

¹ Este trabalho é parte do projeto de pesquisa “Memórias das masculinidades dissidentes na Espanha e América Hispânica” (PID2019-106083GB-I00) do Ministério de Ciência e Inovação do Governo da Espanha.

maiúscula, deve-se aceitar que ela seja única e indivisível e que o destino inapelável dos seres humanos nesse âmbito se reduza, por conseguinte, a um “crescei e multiplicai-vos” onde não cabem aqueles sentimentos eróticos ou práticas sexuais cuja função — primeira e última — ignore uma premissa tão ortodoxa, transformada em lei incontestável devido à sua origem divina. O ser humano, formado à imagem e semelhança de Deus, só pode ser recipiente da vontade primigênia para a qual Adão e Eva foram moldados, de acordo com o relato sagrado do *Gênesis*. O prazer será esmagado e valorizado como argúcia satânica, como perda da Virtude, como representação do Mal.

Tanto no *Antigo* quanto no *Novo Testamento* encontramos os textos fundacionais das raízes homofóbicas da moral cristã, pois desde o episódio da destruição da cidade de Sodoma (*Gênesis*, 19) até as declarações do apóstolo São Paulo (*Romanos*, 1, 18-27; *Timóteo*, 1, 10; *Coríntios*, 6, 9), reproduz-se a mesma ideia com leves variantes. O *Levítico*, 18, 20-23 e o *Deuteronômio*, 22-23, por exemplo, convertem o discurso em renovado ataque, pois a expulsão daqueles que ofendem a Deus constitui um dos pilares da intolerância que certifica a pureza do povo escolhido. Evidentemente, esta concepção judaica e cristã da sexualidade chocava-se com as práticas extendidas de outras culturas mediterrâneas, como demonstram os legados grego e romano. Nelas, o homoerotismo chegou a ocupar uma posição importante no âmbito religioso e/ou civil, de acordo com os relatos que povoam sua mitologia, com as reflexões desenvolvidas pelo pensamento filosófico (especialmente a

escola platônica), com os testemunhos das representações artísticas e literárias ou com a ideologia que emana de certas legislações.

A Idade Média constitui um rótulo difuso com o qual costumamos designar um arco temporal muito longo que alberga a história europeia desde a extinção do império romano até o século XV: dez centúrias, aproximadamente, durante as quais assistimos à paulatina consolidação dos poderes políticos, econômicos, morais e intelectuais da Igreja Romana. Boa parte da vida cotidiana e da cultura estiveram dominadas direta ou indiretamente pela órbita eclesiástica, de maneira que não podemos entender as criações artísticas daqueles séculos sem atender sua sombra, ao mesmo tempo, vigilante, protetora e ameaçadora. Os tempos medievais poderiam entender-se, assim, como a época em que o cristianismo exerceu um maior controle social, de forma que a admiração que nos provocam os afrescos românicos, as torres góticas ou os primeiros testemunhos poéticos escritos em língua vulgar, cada vez mais afastados do latim canônico, deveriam ajudar-nos também a compreender o férreo jugo sob o qual se moviam diretamente nossos antepassados (e antepassadas).

Este controle e esta onipresença explicam a escassez de documentos que nos brindem pistas sobre as práticas sexuais castigadas por sua heterodoxia durante aquelas centúrias, pois a escritura e a leitura requeriam uma aprendizagem que muito poucas pessoas alcançavam, a maioria das quais estava intimamente vinculada à esfera religiosa. Ao mesmo tempo, os



materiais para escrever e para ler eram muito caros, ou eram suportes manuscritos tão frágeis que não sobreviveram ao passar dos séculos. Some-se a este panorama a ação da (auto)censura, coetânea e posterior, e compreenderemos as razões mais poderosas que revertem nos resultados de muitas pesquisas. A imensa maioria de testemunhos conservados foram redigidos por aqueles que justificaram as ações dos verdugos ou atuaram como tais: sacerdotes, teólogos e predicadores encabeçam forçosamente uma lista que, durante os primeiros cinco séculos da era cristã, inclui os nomes daqueles que foram considerados os “Pais” de sua Igreja, começando então pelas *Confissões* de Agostinho de Hipona {1}².

18

Tolerância e intolerâncias

A publicação, em 1980, da monografia de John Boswell intitulada *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality*, supôs uma profunda renovação do estudo e do estatuto histórico do homoerotismo medieval. Seu objetivo foi oferecer uma atenta reinterpretação dos diversos contextos que definiram as percepções sociais e culturais de nosso tema, desde a antiguidade clássica até quase o final da Era Medieval. Através de suas páginas documentadas, Boswell apresentava os quatro estágios que, segundo ele, constituem outras tantas fases evolutivas: na primeira, considera-se o império romano como

² Incluímos entre { } o número com que o autor ou fragmento citado aparece em nossa antologia.

a etapa fundacional de uma consciência de grupo — de uma comunidade diversa, se preferirmos —; na segunda, abordam-se as tradições teológicas cristãs que, em seu entender, permitiriam o nascimento de uma época denominada a do “triunfo de Ganimedes”, que fixa o terceiro núcleo, entre os séculos X e XII. Este não pôde gozar de continuidade como consequência do processo de intolerância religiosa que se expandiria a partir do século XIII, último estágio de seu trabalho. A tese subjacente deste volume refletia-se em seu nítido subtítulo, pois a contundência da escolha dos “gueis na Europa ocidental desde o princípio da era cristã até o século XIV” alude a uma esfera que pretendia restringir a uma nova localização cronológica as três noções complementares que aglutinaram as reivindicações dos grupos homossexuais nos Estados Unidos e na Europa durante as três últimas décadas do século XX: sexualidade, comunidade e identidade.

Segundo Boswell, sua obra demonstraria que durante os séculos medievais existiram não somente práticas homossexuais, mas também — o que parece mais relevante — uma série de pessoas que foram conscientes de sua própria opção erótica por semelhantes do mesmo sexo. Desta maneira, o emprego no subtítulo de um vocábulo tão conotado como “gay” projetaria os resultados de sua erudita pesquisa sobre o presente, na era posterior aos acontecimentos de Stonewall (Nova Iorque, junho de 1969), quando costuma-se datar o início do movimento de liberação homossexual. Esta realocação do termo “gay” tem sido o alvo para onde têm apontado algumas das críticas mais

apresentadas contra a tese de Boswell, que se localiza em uma linha interpretativa que entende a homossexualidade desde uma perspectiva batizada como “essencialista”. Seus defensores creem que o desejo erótico entre pessoas do mesmo sexo biológico transcende os condicionamentos históricos, de tal forma que uma identidade semelhante seria notada, com diferenças muito leves, desde a época clássica grega até nosso presente. Uma identidade, portanto, que deve entender-se como natural e perdurável.

Na acepção da documentação exumada ou reinterpretada sob uma nova luz, Boswell sugeria que durante os séculos VI ao XI, os cristãos europeus não haviam demonstrado o caráter profundamente homofóbico que lhes foi inculcado por sua Igreja a partir do século XII, e que foram as legislações seculares (e não as religiosas) as encarregadas até a centúria mencionada de delimitar e condenar as práticas homoeróticas. Desta maneira sutil, este historiador diluiu o papel desempenhado pelo cristianismo na perseguição das variantes sexuais no início da Idade Média e recria um certo modelo de homens com uma clara consciência de sua opção amorosa — claro que facilmente adaptável para nossa época. O núcleo textual desta monografia aparece constituído por uma série de peças que, uma vez interrelacionadas, permitiram a Boswell a articulação de uma hipótese erudita em torno à identidade homossexual. Trata-se, na maioria das ocasiões, de poemas compostos em latim que se enlaçam diretamente com a tradição amorosa da lírica romana, à maneira dos versos de Alcuino {4}, redigidos na segunda metade do século VIII.

Em sua opinião, deveríamos aceitar que durante o primeiro Medievo existiu uma tipologia de “amizade apaixonada”, especialmente rica entre clérigos, que cultivaram um tipo de relação homossexual, real ou idealizada, que surgiu como resposta às pressões do celibato. Estas relações amorosas, ainda que em certo aspecto similares àquelas da Atenas de Péricles (século V a.C.), ofereceriam uma nova reencarnação do homoerotismo clássico em um meio cristão, como seria o âmbito dos mosteiros mais ricos, através de uma dinâmica entre mestre e discípulo que se iria consolidando de maneira específica e inédita. Boswell analisa estas peças poéticas junto a outros textos (por exemplo, epístolas e tratados em prosa), ao mesmo tempo em que traça as biografias de seus autores e destinatários — às vezes alheios à órbita eclesiástica — e sustenta que os fatores que propiciariam uma revitalização das práticas homossexuais, e que justificariam dito panorama durante os séculos VIII a X, compreendem-se como consequência da preponderância do meio rural, do clima intelectual das escolas monásticas e do influxo do neoplatonismo helenístico. Segundo ele, as acusações religiosas contra as práticas sodomitas dirigiam-se a castigar qualquer prática que se definisse por sua natureza não procriadora. Esta matização equivale, se aceitamos sua tese, à constatação de um ataque eclesiástico muito tênue, posto que a sodomia ficaria reduzida a uma forma mais, entre outras, de fornicação.

A esta situação, sucederia um segundo período, entre 1100 e 1250, antes do início das condenações generalizadas, durante o qual, ainda que se percebam discursos muito

menos unívocos, Boswell chega a qualificar como uma época quase dourada da consciência homossexual, até certo ponto equiparável ao renascimento artístico e literário nas cortes francesas do século XII: a mesma cultura que gesta a noção de “amor cortês” nas letras vernáculas, portanto, contemplaria a consolidação dos testemunhos, cujo volume conservado analisa detidamente. Seriam amostras desta tradição, entre outras, as peças de Anselmo da Cantuária {6}, Baudrico de Dol {7} ou de Hilário de Orléans {9}, que podem complementar-se com textos anônimos do século XIII. Segundo o medievalista norte-americano, foram circunstâncias demográficas, comerciais e intelectuais singulares que propiciaram uma tolerância pública e o florescimento de culturas minoritárias: assim o demonstra o tratado *De spirituali amicitia*, de Elredo de Rievaulx {10}, abade de influente monastério inglês em meados do século XII, que exerceu um notável posto como conselheiro da nobreza de seu tempo. Nesta obra, junto a outras peças, Elredo expôs uma teoria da amizade cristã que representaria o correlato teórico em prosa dos poemas homoeróticos conservados em latim.

A monografia de John Boswell pode comparar-se a uma semente que deu frutos de espécies bem diversas, as quais apoiam sua leitura do nascimento de uma “subcultura gay” ao redor do século XII. Como consequência da origem predominantemente eclesiástica dos testemunhos, em seu catálogo se unem bispos, monges e sacerdotes de diversas áreas geográficas cujas peças formariam um quebra-cabeças que certificaria, ademais, a sinceridade, a variedade de relações



entre o clero da época. Desde essa perspectiva, a pesquisa tenta demonstrar, através de um impressionante tratamento das fontes originais e da bibliografia secundária, como somente cabia admitir uma atitude de intolerância a partir do fim do século XII; assim apontaria, entre outras, a retórica de Matheus de Vendôme {16}, que manifesta um uso metafórico muito original dos pecados — naturais e antinaturais — aplicados à gramática em sua *Ars versificatoria*, de cerca do ano 1175. Já no século XIII, quando se consolida o poder do pensamento teológico através da escolástica de Santo Alberto Magno {25} e de São Tomás de Aquino {28}, seria instaurado o processo segundo o qual acabariam associando-se heresia e sodomia de maneira indissolúvel. Entretanto, as razões desta mudança radical resultam obscurecidas ao próprio Boswell, que se mostra incapaz de discernir quais foram aqueles agentes que impulsionaram de maneira mais eficaz esta nova hostilidade.

As discussões em torno dos testemunhos e as propostas reunidas neste volume ocuparam o centro dos debates sobre o homoerotismo medieval nos anos seguintes. Em parte esta orientação tem sido provocada pela trajetória do próprio pesquisador, que mereceu a concessão de um dos prêmios mais prestigiados no âmbito universitário norte-americano e a ascensão de nosso tema a uma arena de discussão de primeiro nível, que além disso redundou muito positivamente em sua progressiva consolidação acadêmica. Contudo, deve-se adiantar que a maioria dos estudiosos consagrados à investigação da sexualidade medieval tem demonstrado que, embora a



homossexualidade não constitua uma preocupação maior da moral cristã durante os séculos VI ao X (e que, portanto, não se pode afirmar que naquelas centúrias a perseguição de práticas homoeróticas tenha sido tão extensiva quanto nos séculos posteriores), trata-se de um fenômeno que responderia menos a uma “tolerância”, como propunha Boswell, do que ao fato de que as autoridades eclesiásticas ainda não haviam adquirido o poder de controle imprescindível para incidir em todas e cada uma das expressões da heterodoxia.

Ataque similar recebeu a última monografia do autor, intitulada *Same-Sex Unions in Premodern Europe* (1994), onde Boswell resgata uma série de textos de tradição bizantina nos quais, em seu entender, seria demonstrado que a Igreja cristã ortodoxa aceitou e abençoou um tipo de uniões ou irmandades entre homens — não explicitamente matrimônios — durante os primeiros séculos de nossa era e que tais relações foram consideradas exemplares, e inclusive santificadas como modelos de perfeição.

⚔️ legislação do pecado abominável

⚔️ As críticas à interpretação boswelliana do homoerotismo medieval procedem de duas frentes interpretativas: em primeiro lugar, convém recordar agora que o termo “homossexual” possui uma história recente, pois sua acepção atual não foi criada até

fins do século XIX e somente ao longo do século XX foi adquirindo o uso pleno atual. Sua origem, vinculada ao vocabulário médico, não deixou de afetar, até meados da centúria passada, a significação mais plural de que agora goza em alguns círculos. Este seria o ponto de partida de uma corrente historiográfica, denominada “construcionista”, que parte seminalmente de uma reinterpretação da *História da sexualidade* (1976-1984), do filósofo francês Michel Foucault. Segundo estes teóricos, nossa concepção da homossexualidade não nasceria até que certas circunstâncias políticas e socioeconômicas propiciassem a gênese de uma autoconsciência erótica, individual e coletiva, que em absoluto pode assimilar-se às práticas entre pessoas do mesmo sexo que as fontes literárias mostrariam, por exemplo, na Grécia clássica, nos monastérios cristãos do Medievo, nas cidades renascentistas italianas ou na Inglaterra isabelina, como pretendem os “essencialistas”. Obviamente, não cabem dúvidas de que tanto essencialistas quanto construcionistas perseguem a última definição de uma realidade candente, ainda que suas metodologias e muitas de suas conclusões encerrem sérias divergências.

Quase paralelamente aos construcionistas, a segunda frente de pesquisadores que se opuseram às teses de Boswell parte de trabalhos que despontavam já na década de setenta, como confirmam as contribuições de Vern L. Bullough, autor, entre outras, da obra intitulada *Sexual Variance in Society and History* (1976). Nela, traçava uma ampla história dos comportamentos sexuais “marginais” desde a antiguidade



greco-romana até o século XX, com incursões em sociedades não ocidentais, onde o homoerotismo ocupa uma posição mais que destacada. Ainda que esta obra não se concentre em períodos medievais, ela oferece uma atenta leitura dos códigos regulatórios que foram impostos por toda a Europa durante os primeiros séculos de vida do cristianismo e ao longo da época feudal. Por este motivo, o autor adentrava com especial agudeza nos escritos religiosos desde um enfoque bem diferente do de seus predecessores, pois se afastava da ortodoxia tradicionalista, ao negar o caráter “antinatural” da homossexualidade, e evitava sua condenação. A perspectiva empregada resultava quase revolucionária, além de suas conclusões discutidas de forma muito convincente.

26

A compreensão das propostas mais sugestivas dos trabalhos de Boswell e de Bullough nos conduz a genealogias complementares em torno dos discursos eclesiásticos sobre os “desvios” sexuais em peças pouco valorizadas como os cânones conciliares, desde o século IV (Concílio de Elvira, 305, e de Ancira, 314), e os penitenciais, a partir, sobretudo, do século VIII. De fato, esta apreciação se reflete no modelo agostiniano e nas modelações posteriores, como demonstra a primeira aparição condenatória das relações homoeróticas entre mulheres — em geral bastante estranha —, de acordo com a expressão que dela faz o penitencial de Teodoro, arcebispo da Cantuária, no final do século VII {3}. Convém lembrar que tais tipos de documentos constituíam as ferramentas práticas dos confessores, pois eram as guias que outorgavam entidade aos pecados, de acordo

com sua gravidade. Esses manuais proporcionam uma fonte de documentação preciosa para interessados na sexualidade medieval, ainda que resulte evidente que as regras derivadas deles devam ser apreciadas com cautela já que, em primeiro lugar, uma determinada presença não comporta diretamente uma prática extensa nem, em segundo lugar, a ausência de outras pode traduzir-se em ignorância — pois, por exemplo, quase nunca contemplam a masturbação, posteriormente quase onipresente. A razão seria tão simples como determinante, uma vez que os penitenciais reforçaram uma hierarquia dos pecados de caráter sexual e construíram um sutil, mas efetivo, ordenamento que se antecipou àqueles das autoridades eclesiásticas mais reconhecidas.

Desde esta perspectiva, ainda pouco explorada, a aproximação empreendida por Allen J. Frantzen assume enorme interesse, pois analisa e compara as leis civis e os manuais de castigo nos territórios ingleses durante os séculos VII a XII, tanto em latim quanto em língua vernácula. Os resultados de *Before the Closet* (1998) mostram como a igreja cristã colaborou de maneira muito próxima com as autoridades seculares e até que extremo elas acabaram por regular os comportamentos sexuais dos religiosos. A partir de sua leitura, descobrimos os mecanismos de definição das diversas categorias de relações homossexuais na Inglaterra, distinguindo os tipos de atos, a idade e a condição de seus protagonistas. Em vista de todos os documentos, deduz-se que durante este período o número de leis em torno da sexualidade era relativamente pequeno,

mas que cerca de dez por cento delas alude a práticas ligadas com o homoerotismo (dependendo sobretudo da audiência à qual se dirigiam) e que eram mais severamente castigadas. As conclusões de Frantzen orientam-se, ademais, a um horizonte tríplice: todos os penitenciais anglos e saxões, em latim e em vulgar, especificam condenações contra atos homossexuais entre homens; todos regulam as condenações para reincidentes; dois destes penitenciais (o de Teodoro e seu suplemento) mostram a evidência de que certos homens que preferiam as relações sexuais com homens tinham um nome específico. Lamentavelmente, estes documentos não oferecem informações tão ricas para as práticas homoeróticas femininas. Resulta eloquente que o propósito de Frantzen destine-se não somente a valorizar as características dos comportamentos sexuais informados pelos penitenciais, legislações civis ou ordenamentos conciliares, mas a explorar a possibilidade — em uma escala de certeza — de que, durante os séculos VII ao XII, a sociedade anglonormanda reconheceu a especificidade de um tipo de homens (os “baedling”) caracterizados por suas preferências homossexuais. Cabe advertir, entretanto, que deste pressuposto não se poderia deduzir uma difusão concreta — pois o número de testemunhos não permitiria — nem mesmo sequer uma noção de identidade comunitária, já que a documentação conservada não procede de nenhum destes indivíduos, mas das hierarquias em matéria legislativa, que aproveitaram e ampliaram as significações da paisagem veterotestamentária em torno de Sodoma e Gomorra.

A expansão desta modalidade de peças para consumo interno dos sacerdotes abriu a porta a tratados da relevância do *Liber Gomorrhianus* (1049), de Pedro Damiano, fundamental para traçar a historiografia das condenações mais veementes contra as práticas de uma clerezia caracterizada por sua escrupulosidade nula na manutenção do celibato {5}. Seu percurso se inicia muito significativamente em Sodoma e Gomorra, de onde deriva o título. Tal como analisou Pierre J. Payer em sua obra intitulada *Sex and the Penitentials. The Development of a Sexual Code, 550-1150* (1984), cabe apreciar este *Livro de Gomorra* como um dos ataques mais cuidadosamente planejados e melhor executados de toda a Idade Média, pois combina preocupação legal, censura eclesiástica e misericórdia pastoral. O tratado de Pedro Damiano se converteria, assim, em uma peça extraordinária como testemunho das ideias e das atitudes em relação à homossexualidade, como crisol onde reverte-se a tradição cristã prévia e como motor da condenação renovada. No âmbito da reforma auspiciada pelo papa Leão IX, Damiano considera que os pecados sexuais deveriam ser castigados com uma pena muito mais dura e, amparando-se na tradição precedente dos penitenciais, constrói uma peça em que delimita a condição irracional e *contra natureza* das práticas homossexuais, da masturbação, da zoofilia ou da penetração anal entre homem e mulher.

Entretanto, convém advertir, além disso, que estas práticas são consideradas por Pedro Damiano como raiz de muitos outros pecados e, por conseguinte, vício especialmente perigoso,



tanto para religiosos como para leigos. Ainda que o *Liber Gomorrhianus* não tenha gozado de uma difusão extraordinária, parece evidente que seu próprio estatuto reflita um olhar radicalizado que se foi incorporando em documentos canônicos e teológicos dos séculos posteriores, como demonstra a ordem XXI decretada no Concílio de Paris de 1212 {21}. Seu interesse se fortalece desde óticas diversas, pois poderia qualificar-se como uma das certidões de nascimento da condenação da sodomia — consolidada através dos séculos pelo cristianismo —, assim como pela luz, tenebrosa e imaculada, que lança sobre a sexualidade de sua centúria. É esta a razão pela qual seria conveniente recordar alguns textos coetâneos, religiosos e literários, afastados da Itália setentrional onde Damião compôs sua diatribe, com o objetivo de apontar algumas das aproximações a esta questão. Por exemplo, o *De vita sua*, relato autobiográfico de Guiberto de Nogent {8}, estaria chamando a atenção sobre o mesmo tema, ainda que mediante uma retórica evidentemente distinta da expressa pela mística alemã Hildegarda de Bingen na segunda parte de seu *Liber divinorum operum simplicis hominis* {12}.

A lógica causal empregada por estes autores do século XI enfatiza a destruição de corpo e alma através da sexualidade, que se projeta até uma perda dos valores sociais e espirituais do cristianismo, ao apontar simultaneamente para todo tipo de prática. Os conteúdos que se desdobram estão descrevendo relações em contextos mais amplos que os definidos por seu caráter antinatural, de forma que suas expressões e as tentativas de regularização que foram levadas a cabo, com maior ou

menor ímpeto segundo as circunstâncias próprias de cada região, iluminam todas as esferas. O estudo dos penitenciais e dos primeiros tratados desta centúria, por conseguinte, supõem uma via privilegiada de conhecimento, pois foram continuamente revisados ao longo do Medievo e acabaram consolidando a formulação da doutrina que, a partir do quarto Concílio de Latrão (1215), se transformaria através dos manuais de confissão e se integrariam na literatura didática e homilética, como sugerem desde os diálogos de Cesáreo de Heisterbach {23}, compostos até 1230, até os sermões de Bernardino de Siena {38}, já no século XV, passando por diversos textos das letras hispânicas, como haverá ocasião de expormos. A análise dos manuais de confissão, desde meados do século VI até finais do século XV, demonstra as gamas dos mecanismos que estipularam as diversas ordenações em torno da sexualidade. Também, como se foram remodelando as definições de atos entre pessoas do mesmo sexo e o conceito de sodomia, que nem sempre resultavam coincidentes, pois em algumas ocasiões a primeira categoria aludia a relações entre adultos e jovens, enquanto a segunda costumava referir-se à penetração anal, independente de seus sujeitos. Assistimos, por conseguinte, a um processo a partir do qual a igreja cristã começou a controlar a sexualidade de forma metódica e, evidentemente, a consolidar a função reprodutiva do sacramento matrimonial, que seria recolhida por sua vez pelas ordens legislativas terrenas.

O estudo dos penitenciais, das legislações civis e de algumas das figuras mais influentes no âmbito da teologia

cristã demonstraria a clara presença condenada das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico, tanto homens quanto mulheres, desde datas muito anteriores àquelas que citou Boswell, como demonstra a presente antologia. Assim, com exceções muito escassas, a crítica coincide em indicar que o *Liber Gomorrhianus*, de Pedro Damiano, não constituiria uma exceção à tolerância, mas o verdadeiro início aglutinador da perseguição, constatação que equivale a adiantar em duas centúrias as sugestões de Boswell e a anular sua proposta de periodização. Ao mesmo tempo, tentou-se integrar a análise destas condenações no contexto mais amplo que engloba as heresias religiosas, os ataques às comunidades judaicas ou à bruxaria. Desde esta perspectiva, o pensamento escolástico do século XIII não representaria uma novidade, mas a consolidação de uma tradição monolítica que, embora formulada de maneira inovadora, recolheria o legado de um discurso cristão secular. Segundo Mark D. Jordan, em seu ensaio intitulado *The Invention of Sodomy in Christian Theology* (1997), aquilo que Pedro Damiano verdadeiramente conseguiu não seria tanto um modelo original de condenação senão que uma abstração ou condensação da noção mesma de ato sodomítico, que a partir de então irá reverberar e se intensificar, em sua acepção mais elementar, nas obras posteriores. Esta seria uma das conclusões mais aceitas entre as investigações recentes, citadas na bibliografia, assim como naquelas outras aproximações que incidentalmente abordam as práticas homoeróticas ao longo do Medievo. Por exemplo, Payer amplia o caudal das interpretações

e condenações vertidas nos penitenciais e nos manuais de confissão; Bond, seguindo o rastro de Curtius, coloca a lírica latina de temática homoerótica do século XI no processo de revitalização da tradição ovidiana; Karras destaca os limites do conceito de amizade espiritual em Elredo de Rievaulx e lhe nega conteúdo erótico real; Kluncker e Gilmour-Bryson matizam o século das condenações por sodomias nos processos contra os templários...

Pense-se, sem ir mais longe, que a vitalidade alcançada pelo estudo de materiais conservados em arquivos de meia Europa relativos às legislações em matéria de sexualidade dos séculos XII ao XV permitiu contemplar sob uma nova luz as realidades sóciohistóricas das práticas homoeróticas e as diversas respostas que se foram trazendo segundo cada geografia. Assim demonstram-no os estudos de Hergemöller sobre a área germânica; de Monter para a Suíça; de Boone a propósito da cidade de Bruges; de Canosa sobre o norte da Itália, ou de Pavan e de Labalme em torno ao ducado de Veneza. Como bem assinala Guido Ruggiero, que analisa a legislação veneziana e os processos relativos à criminalidade de origem sexual a partir do século XIV, a sodomia foi considerada o ato mais grave: compare-se os dois anos de prisão pelo delito de fornicação com uma freira com a fogueira à qual era condenado um sodomita e se compreenderá o terror que podia inspirar essa simples acusação.

A teologia escolástica e as legislações seculares fortaleceram o rigor sexual imposto a partir dos concílios lateranenses

celebrados entre 1179 e 1215, difundidos rapidamente graças ao poder da ordem dominicana, como consequência de seu trabalho predador e evangelizador. Ainda assim, vale a pena recordar que junto aos conteúdos de textos vinculados às esferas religiosas e judiciais — por si mesmos muito eloquentes —, também dispomos de notícias dispersas a propósito das práticas homoeróticas em alguns manuais médicos e científicos. Apesar de que, segundo Jacquart e Thomasset, os autores de tratados sobre as mais diversas enfermidades foram especialmente reticentes em abordar aquelas manifestações que se afastavam da moral cristã, não se pode ignorar que em algumas ocasiões nos brindaram com uma série de respostas. Em parte, esta situação responde à difusão de obras de origem árabe (como o importantíssimo *Cânone* de Avicena) e de sua influência na composição de manuais médicos em latim e em vulgata durante os últimos séculos do Medievo, além do peso das ideias expostas pela primeira escolástica, como sugere o próprio Alberto Magno {25}.

Desde esta perspectiva entende-se, por partida dobrada, que a antologia quase se abra com a descrição da figura do hermafrodita no *Liber monstrorum de diversis generibus* {2}, do século VII, pois se trata de um “monstro” claramente identificável com alguém que pratica a homossexualidade se pensarmos nas descrições que lhe acompanham. A imagem do ser duplamente sexuado foi frequentemente expressa pelos textos médicos para indagar a natureza irracional das práticas sodomitas, seguindo o volumoso modelo de uma infinidade

de peças falsamente atribuídas a Aristóteles ao longo da Idade Média. Assim Pedro Abano, na segunda metade do século XIII, redige a *Expositio problematum Aristoteli*, em um dos capítulos nos quais tenta explicar as razões pelas quais alguns homens podem experimentar prazer com a penetração anal. Segundo suas propostas, esta tendência obedeceria tanto a um problema derivado de órgãos sexuais atrofiados, quanto a um processo de perversão da alma, seguindo a opinião de Avicena em torno à origem espiritual da desordem desta prática, de acordo com as investigações de Cadden.

Apesar de que a distinção colocada por estas e outras obras científicas a propósito da origem ou da natureza das forças e das condições que impulsionam a corrupção da natureza humana, devido ao seu afastamento da castidade exemplar ou da procriação no seio do matrimônio, possa parecer, à primeira vista, o reconhecimento de uma existência, nada resulta mais falso para a mentalidade dominante do Medievo, que não aceitava a possibilidade da busca do prazer através da sexualidade. Daqui procederia a condenação de qualquer heterodoxia também através do discurso oficial da medicina, de acordo com o conceito unívoco de Natureza atribuído à Divindade cristã, como sublinha Alan de Lille em *De planctu Naturae*, no fim do século XII {15}. Na maioria das ocasiões em que aparecem citadas as práticas homoeróticas, sua função é a de criar a réplica forçosa de um sistema binário que exige desse *outro* transgressor que deve ser atacado e destruído a todo custo em todas as frentes (moral, social, político, religioso etc.).

Este ataque e esta condenação, ferozes até suas últimas consequências, constituem fatos incontestáveis durante séculos, apesar das tentativas de John Boswell de diluir alguns deles. Tanto desde o discurso religioso (das mais elevadas reflexões teológicas aos sermões cotidianos), como desde o sistema legislativo civil, passando pela medicina e as ciências naturais, a sexualidade foi considerada um âmbito onde cabiam todos os bens e perigos imagináveis, sobre os quais se projetavam as significações dos males da carne derivados do pecado original. A biologia reprodutiva era um dogma, do berço à sepultura, ou, se preferirmos, a sexualidade somente podia apreciar-se ortodoxamente segundo o ditado normativo que concedia duas funções radicalmente opostas ao homem e à mulher. Daqui se derivará outro aspecto importante para traçar a evolução do pensamento cristão em torno ao homoerotismo entre os séculos XIII ao XV, que não é nada mais do que a sua demonização. Da mesma forma que as perseguições contra as heresias religiosas e da bruxaria, as dissidências sexuais passarão a contemplar-se como expressões diabólicas, desestabilizadoras da fé. Umas e outras merecerão as condenações mais atrozes: a infâmia, a tortura, a morte.

Os documentos literários

Os textos literários, em latim e em língua vulgar, foram aqueles documentos das culturas do Medievo ocidental que até

a data gozaram de um maior volume de reinterpretações críticas entre os pesquisadores que analisaram o homoerotismo durante aqueles séculos. Talvez seja justo reflexo do maior impacto que o feminismo, as teorias de gênero, ou os estudos LGBTQ exerceram sobre os estudos literários, pois sua influência não pode ser equiparada com a que operaram na historiografia médica ou teológica. De acordo com as fontes utilizadas por Boswell, pode-se afirmar que existe uma tradição poética de temática amorosa homoerótica escrita em língua latina ao longo da Idade Média cristã. Trata-se de um conjunto de textos heterogêneos — anônimos ou de autores bem conhecidos pelos estudiosos —, que mostram uma ampla variedade de afetos, que oscilam entre a idealização e a paixão amorosa. Em dúvida com a corrente impulsionada por aquele pesquisador, Thomas Stehling preparou uma interessante seleção de peças, compostas desde finais da época clássica até o século XIII, onde observamos uma clara continuidade entre estes versos e a herança legada por Ovídio e Virgílio. Tanto as equivalências retóricas como as dinâmicas que se constataam no seio deste *corpus* nos enfrentam com poemas nos quais um mesmo autor pode cantar as delícias do amor por outro homem, enquanto em outras ocasiões pode manifestar seu desejo erótico por mulheres ou condenar ambas as relações.

Em qualquer caso, deve-se recordar que os textos homoeróticos mais notáveis da Idade Média foram compostos em latim, a língua da cultura por excelência em toda a Europa, e que a grande maioria de seus autores não eram laicos, mas

membros de ordens religiosas cristãs. Somente a partir do século XV encontraremos peças literárias em língua vulgar que prossigam esta linha, que coincide no tempo e na geografia com a nova difusão da cultura greco-romana a partir do trabalho filológico e exegético do Humanismo italiano. O resto dos documentos medievais conservados alimenta o caudal da acusação e/ou da condenação, em afluentes que podem albergar o ataque moral e político mediante canais doutrinários, legais, ou, com frequência, inclusive satíricos.

A *Commedia* de Dante Alighieri representa uma das arquiteturas literárias de maior transcendência filosófica para compreender a convulsa realidade política da Florença em princípios do século XIV, mas também uma das obras mais relevantes das letras medievais que incidem sobre nosso tema. Dante instala os sodomitas no sétimo círculo do *Inferno*, aquele onde penam os violentos, e inicia um diálogo quase intimista com Brunetto Latini, um de seus mestres e ilustre enciclopedista cuja obra lhe granjeou fama por toda a Europa {31}. Este encontro fictício propiciou intensos debates desde a difusão primeira do texto: alguns pensam que, embora nenhuma fonte anterior faça alusão aos gostos sexuais de Latini, a gravidade da acusação de Dante somente podia obedecer a um conhecimento direto. Outros propõem, por sua vez, que Brunetto não seria um sodomita e que foi colocado no inferno como vingança por seu orgulho ou por seu partido político. Creio que cabe aceitar que, em nenhum texto do Medievo, a condenação mais feroz contra as práticas homoeróticas tenha sido interpretada mais como

uma metáfora política ou símbolo de ordem teológica do que pela realidade histórica imediata que retrata e pela atitude de repulsa que tem ativado durante séculos, pois nenhuma obra medieval da importância desta, elevada pelo cânone da literatura ocidental, oferece um ataque de tais dimensões.

Surpreendentemente, os estudos consagrados ao estudo do homoerotismo nas letras italianas sentiram-se pouco atraídos por analisar a fecunda tradição na lírica medieval, que gozaria de um renovado vigor no século XV {39} e que se projetaria com intensidade na centúria seguinte — como mostrariam a poesia amorosa de Michelângelo ou a prática artística de outros criadores plásticos —, e também por recuperar o rastro boccacciano que, embora de maneira ambígua e jocosa, retrata alguns comportamentos sociais bem documentados {33}. Este fato chama poderosamente a atenção, tendo em conta que os arquivos de algumas cidades italianas, em especial Florença e Veneza, deram abundantes frutos na pesquisa sobre a legislação e a extensão do *pecado sodomita*, cujo alcance havia sido colocado em relevo por Guido Ruggiero. Nesta mesma esfera, Michael Rocke ampliou nossas perspectivas ao incidir nas dinâmicas socioculturais que propiciaram a criação de um serviço florentino de vigilância dedicado exclusivamente à perseguição das práticas homossexuais que respondia a um notável tecido urbano organizado em função da idade, da residência e do grupo social a que pertenciam os suspeitos. Veja-se como exemplo o testemunho procedente do juízo contra Bento, na Veneza de 1368 {35}.

As representações da sexualidade nas letras inglesas medievais estão passando por uma profunda revisão pela mão dos estudos de gênero, a crítica lésbica, gay e *queer*. Deixando de lado aquelas peças escritas em latim já mencionadas e os poemas épicos primitivos, destacam-se especialmente os estudos consagrados aos *Canterbury Tales*, de Geoffrey Chaucer. Em uma primeira etapa, a perspectiva crítica recaiu naqueles relatos protagonizados ou narrados por mulheres, como o da mulher de Bath, tão divertido como repleto de sugestões para compreender o olhar do autor e de uma certa classe de personalidades que podiam peregrinar até a catedral da Cantuária (o pretexto que vincula as diversas histórias). Posteriormente incidiu-se mais nas inter-relações sexuais entre as diversas personagens, acentuando as diversas tipologias que constroem esse friso social desde uma ótica múltipla: segundo Carolyn Dinshaw, por exemplo, os textos de Chaucer mostrariam como o uso de diversas fórmulas narrativas — do sermão à elegia — estaria vertebrando uma função social regulatória, que conseguiria reproduzir sujeitos heterossexuais exemplares enfrentando seus desvios.

Por este motivo, a personagem que tem recebido maiores atenções tem sido o “Pardoner”, já que desde o pórtico geral de abertura do volume em forma de prólogo, esse vendedor de falsas relíquias e de bulas de indulgência se caracterizaria como um tipo afeminado por seus gestos e voz, ao mesmo tempo em que lhe é atribuído um chamativo companheirismo com outro dos peregrinos {36}. A partir da interpretação da linguagem metafórica coloquial, sua relação poderia ser valorizada como

de índole sexual. As ambiguidades em torno deste protagonista avisam sobre a inesperada contenção e implantação de referentes lançados por Chaucer para traçar um perfil que repartiria veneno e ironia, posto que em três de seus relatos seria apreciado um ataque, refinado e implícito, às práticas homossexuais. O prólogo e o conto do moleiro, paródia do narrado pelo cavaleiro, adquiririam uma nova dimensão junto aos prefácios e relativos do delegado e do pároco, construídos como caricaturas da sodomia entre a nobreza e o clero. Na presente antologia recolhem-se, além de um fragmento de Chaucer, outros dois textos da segunda metade do século XIV que mostram modalidades do discurso doutrinário: *Piers Plowman*, de William Langland {34} e o anônimo *Cleanness* {37}.

A maioria dos estudos dedicados à cultura germânica aprofundaram a interpretação das fontes citadas por Brigitte Spreitzer, que apresentou um importante caudal de textos históricos e literários, em latim e em vulgar, em conexão com a tradição cristã medieval, como demonstram os textos de Hildegarda de Bingen {12} e de Cesáreo de Heisterbach {23}. As contribuições de Helmut Puff e, sobretudo, de Bernd-Ulrich Hergemöller, confirmam a unidirecionalidade dos testemunhos conservados em língua alemã: todos eles se definem por seu ataque às práticas homoeróticas como resultado de seu conteúdo didático, seja através dos modelos cortesãos (adaptações de peças narrativas de origem francesa, por exemplo), como em suas modalidades religiosas-doutrinárias ou a que se deriva de alguns relatos cômicos em verso ao estilo do anônimo *Moriz von Craun*, através do mordaz

relato do imperador romano Nero {17}. As diferenças radicais do poema encontrado no “Fragmento de Maastricht”, de conteúdo amoroso, revelariam uma vez mais as tensões e sobreposições característicos da cultura do século XIII {29}.

As representações do homoerotismo na literatura occitana medieval costumam revestir seu ataque com a retórica satírica do sirventês, gênero poético consagrado à invectiva mais impiedosa, na qual se destacam, por exemplo, os versos de Aimerico de Peguilhan {18}. Não se deve esquecer que a lírica provençal é a tradição poética em língua vulgar mais antiga conservada em toda a Romania (princípio do século XII) e que seus modelos retóricos não apenas gozaram de considerável difusão entre a aristocracia, mas também se forjaram como modelos fundacionais da poesia em outras línguas europeias; toda iluminação sobre seus processos criativos afeta por conseguinte o resto dos testemunhos poéticos do Medievo ocidental — como serão as cantigas de escárnio e maldizer galego-portuguesas. De fato, a lírica dos trovadores em língua occitana nos brindou um dos textos mais comentados em torno do homoerotismo feminino medieval. A canção amorosa de Bieiris de Romans {27} tem sido analisada desde múltiplas perspectivas, pois, no caso de aceitar a sinceridade dos sentimentos expressos nela — e não a sujeição ao mecenato ou à impostação — nos encontraríamos com o único testemunho românico de todo Medievo onde se expressaria o desejo amoroso que uma mulher sentiria por outra em primeira pessoa. Vale a pena ressaltar que a singularidade desta peça

também obedeceria ao fato que a lírica provençal não alberga imagens explícitas de homoerotismo masculino, ainda que a crítica esteja começando a reconsiderar a codificação de certos conceitos de sua teoria amorosa (como seria o *fin'amors*).

Alguns dos gêneros literários gestados pela cultura em língua francesa dos séculos XII e XIII oferecem uma ressonância literária pan-europeia similar. Deixando de um lado os textos compostos em latim, dos quais a antologia oferece uma mostra representativa, entre os quais se destacam os poemas homoeróticos do bispo Baudrico de Dol {7}, interessa-me sublinhar o fato de que alguns dos textos mais relevantes, em verso e prosa, das letras cortesãs destas duas centúrias oferecem representações — e sobretudo, ataques — do homoerotismo, de acordo com os fragmentos relacionados do *Roman d'Eneas* {11}, Maria de França {14} ou do *Lancelot en prose* {24}. Esta presença coincide com as hipóteses desenvolvidas por John Baldwin em *The Language of Sex* (1994), obra na qual se comentam, entre outras, peças de Maria de França, Chrétien de Troyes, Jean Renart, Milles de Amiens e peças da lenda tristã. Através deles, este pesquisador aborda os conflitos e matéria sexual que, em sua opinião, estariam sacudindo a sociedade e a literatura aristocráticas da época, entre os quais o homoerotismo adquiriria um posto de grande interesse, pois a homofobia que deriva desses textos estaria adiantando a condenação posterior da teologia escolástica. Baldwin traçou um percurso pelos diversos modelos dos discursos eróticos dominantes e analisou a gama de expressões de um desejo sexual profundamente influenciado

pela ortodoxia cristã. Segundo sua argumentação, estas peças não apenas refletiriam um sentimento de homofobia latente, mas um ataque que serve à maneira de uma articulação entre os tratados de Pedro Damiano e alguns cânones conciliares. Ao mesmo tempo, estas obras escritas em sua maioria por homens estavam modulando um determinado modelo de conduta sexual entre um público feminino, provocando uma interseção original entre gêneros literários e gêneros sexuais, tal como demonstrou Simon Gaunt em *Gender and Genre in Medieval French Literature* (1995).

Contexto do homoerotismo feminino

44

O estudo do homoerotismo feminino nas culturas medievais depara-se com problemas de todo tipo. Deixando de um lado outras questões por enquanto, convém advertir sobre a escassez de textos conservados editados. Ademais, como enfatizou muito bem Jacqueline Murray, dificuldades documentais, teóricas e metodológicas fizeram com que as práticas lésbicas medievais tenham sido relegadas com frequência para notas de rodapé da historiografia sobre as mulheres ou sobre a homossexualidade masculina. Tal apreciação é correta, mas também claramente manipulável e parcialmente descontextualizada. O *lesbianismo* medieval resulta invisível não tanto pela marginalização dos historiadores como pela própria localização periférica dos

discursos escritos sobre o homoerotismo feminino ao longo do Medievo. Por exemplo, John Boswell quase não introduziu referências sobre estas práticas em seu monumental ensaio de 1980 não porque deixassem de constituir seu projeto, mas porque a abundância comparativa de testemunhos disponíveis sobre os homens “gueis” contrastava com as escassas notícias de que dispunha para dotar o homoerotismo feminino de entidade documental. A introdução de sua obra muito discutida *Same-Sex Unions in Premodern Europe* recorda um fator de importância capital: a imensa maioria de fontes históricas pré-modernas foram escritas por homens, para homens e sobre homens; as mulheres aparecem nelas ou como propriedades masculinas, ou como objetos de desejo sexual dos homens. Dito com outras palavras: os discursos medievais sobre as práticas sexuais foram, também, exercícios masculinos.

Trata-se, em definitivo, do mesmo problema advertido por muitos outros estudiosos que examinaram as representações da sexualidade nos arquivos eclesiásticos e civis de diversas áreas europeias. Assim, Rocke confirma que, entre os milhares de casos judiciais nos arquivos florentinos consultados por ele, não foi encontrado nenhum protagonizado por mulheres; Guido Ruggiero concorda que o lesbianismo não foi perseguido no ducado de Veneza durante os séculos XIV e XV. Esta invisibilidade objetiva, entretanto, pode induzir a erros, pois a ausência de dados nos arquivos legais do norte da Itália contrasta com as escassas, mas notáveis, alusões ao homoerotismo feminino nos sermões de Bernardino de Siena — um deles predicado na Florença

de 1425. Como analisa Franco Mormando, este santo parece aceitar a atração homoerótica feminina sem surpresas, ainda que o grupo majoritário das pessoas que lhe escutaram fosse precisamente formado por mulheres. Uma primeira conclusão que deriva desta valoração é que, diferente das documentações dos séculos XVI e XVII, com as quais contribuíram Judith C. Brown e Marie-Jo Bonnet, por exemplo, ainda existe um longo trecho por percorrer que pode trazer muitas novidades (por simples constatações). As pesquisas sobre a sexualidade nos arquivos medievais europeus ainda possuem uma trajetória muito curta que talvez explique a ausência de um número maior de testemunhos. Na presente antologia, recolhem-se alguns dos testemunhos mais relevantes em torno das representações homoeróticas femininas, que, como se poderá comprovar, oscilam entre a acusação pastoral, a sátira misógina e o verso apaixonado.

Dispomos de referências indiretas sobre práticas homoeróticas femininas em documentos religiosos que condenam as práticas sodomitas. Frantzen analisa os penitenciais e cânones anglo-saxões e confirma a presença de penalidades variadas: o atribuído a Teodoro legisla que “caso mulher tenha relações sexuais com mulher, penitencie-se por três anos”, enquanto o de Beda acresce, para além disso, que se ambas são freiras, deverão cumprir penitência por um período de sete anos. O estudo dos penitenciais do período compreendido entre 550 e 1150, produzido por Payer, demonstra que, ainda que as alusões às práticas lésbicas sejam menos

numerosas que as relativas à sodomia masculina, tampouco são escassas: em quatorze penitenciais europeus registram-se os castigos correspondentes, sendo que alguns deles tratam de instrumentos consoladores. Recorde-se, além disso, que a segunda parte da obra de Bernadette J. Brooten intitulada *Love Between Women* (1996) apresenta um caudal impressionante de documentos para analisar o debate do primeiro cristianismo — até o século V —, em torno do homoerotismo feminino.

Tanto o direito civil como o direito canônico, tão entrelaçados durante o Medievo, oferecem uma perspectiva masculina que não permite a ignorância das práticas lésbicas, como abordaram Crompton ou Hug. Alberto Magno esclarece, para que não caibam dúvidas escolásticas, que “*masculi cum masculo, vel foeminae cum foemina*” constituem duas das variações do pecado abominável. Parece oportuno enfatizar, por outro lado, que os tratados cristãos científicos e médicos prestaram maior atenção a hermafroditas e eunucos do que às práticas homossexuais, masculinas e femininas. O *Canon de Medicina* de Avicena, no século XI, dedica um capítulo para explicar as causas fisiológicas da homossexualidade. No caso das práticas femininas, uma versão latina deste tratado sugere que “a maioria das mulheres tardam em emitir seu esperma e ficam sem satisfazer seu desejo, fato que impede a fecundação. Ao mesmo tempo, mantêm seu desejo com tal intensidade que aquelas que não são vigiadas jazem sob a primeira que encontram. Assim, quando voltam a esfregar-se, alcançam a satisfação de sua voluptuosidade”.

As tradições literárias oferecem testemunhos que devem ser avaliados com um rigor extra. Peter Dronke analisou dois poemas latinos do século XII onde vislumbrava uma apaixonada relação física entre duas mulheres {19}. Estes versos foram relacionados por Matter com as cartas de Hadewijch de Amberes, já no século XIII, que bem poderiam ser vinculadas com a correspondência de Hildegarda de Bingen, segundo a leitura homoerótica da espiritualidade conventual feminina proposta por Holsinger e Wiethaus, ou com os intentos de contextualizar o erotismo nas canções amorosas das *trobairitz* provençais, e muito em especial da *cansó* atribuída a Bieiris de Romans, já citada {27}. Sobre esta peça, Pierre Bec manifestava sua irritabilidade diante da ausência total, no interior do texto, de uma escritura especificamente feminina que despojasse a ambiguidade subjacente; por sua parte, Rieger atribui-lhe uma autoria feminina indiscutível, mas conclui sua análise atenta afirmando que as motivações poéticas da autora não apontam para uma relação lésbica tal como hoje a entenderíamos.

Definitivamente, deve-se aceitar que, à luz dos testemunhos conhecidos e diferentemente da indiscutível tradição em língua latina de lírica homoerótica masculina, analisada por Boswell e editada por Stehling, quase não dispomos de peças em primeira pessoa que atestem o desejo entre mulheres medievais. Concedamos, assim, de acordo com Monica Green, que existe uma poderosa limitação no uso dos textos literários como fontes históricas, já que, por uma parte, não dispomos de um substituto das próprias vozes das mulheres para traçar a história delas;

por outro lado, estas fontes são tão frustrantemente escassas que não podemos deduzir a extensão de sentimentos a partir das poucas obras conhecidas. Uma das primeiras tarefas a ser empreendida para traçar esta genealogia feminina indefinida seria a recuperação sistemática de documentos procedentes de arquivos civis e eclesiásticos, trabalho ao qual caberia unir a releitura de certos testemunhos com as novas ferramentas dos estudos feministas, de gênero e *queer*.

Reflexões finais

Muitas contribuições em torno ao estudo do homoerotismo do Medievo cristão tem se concentrado na interpretação daqueles testemunhos onde as práticas homossexuais obtêm uma representação explícita e na contextualização dos ataques vertidos. Obviamente, esta constatação positivista permitiu esclarecer os matizes da condenação, mas ao mesmo tempo evitou a releitura de peças bem conhecidas nos diversos cânones das letras medievais, começando pelas ibéricas — que merecerão outro trabalho. Como diversos pesquisadores têm reforçado, a primeira legislação europeia contra os atos sodomitas é de origem hispânica, pois perto do ano 650, a monarquia visigoda promulgou uma ordem contra os *masculorum concubitores* cujo castigo era a castração genital. Esta “presença” pode avançar até o ano 350, quando se celebra o Concílio de Elvira, perto

de Granada, onde se condenam os *stupratores puerorum*, e prossegue em outros ordenamentos (como o Concílio de Toledo, de 693), antes da chegada dos muçulmanos na Península Ibérica em 711. Deve-se lembrar que as leis visigodas perduraram durante centúrias como base das legislações civis cristãs, pois sobreviveram no *Fuero juzgo* e em *As sete partidas*, compiladas e redigidas pela equipe de Afonso X, o Sábio, durante o terceiro quarto do século XIII, que se converteram no *corpus* legal mais importante de todo o Medievo hispânico, e nas *Ordenações afonsinas* promulgadas pelo rei Pedro I de Portugal no segundo quarto do século XV.

Meu objetivo foi selecionar uma coleção de textos que mostre a diversidade de modalidades discursivas que nos oferecem os documentos em torno do homoerotismo da Idade Média europeia, sem contemplar agora as culturas e línguas ibéricas. Como foi indicado ao longo desta introdução, são escassos os textos que mostrem estes afetos nos reinos cristãos. Esta poderia considerar-se uma das razões que me obrigam a não oferecer uma leitura pré-determinada; entretanto, quero enfatizar que o propósito deste volume não é tanto a criação de uma genealogia como a vindicação de alguns testemunhos que, em minha opinião, projetam luzes sobre uma época da cultura europeia durante a qual se estruturaram algumas das concepções de maior transcendência na regulamentação, civil e eclesiástica, da sexualidade. O fato da intolerância persistir no século XXI talvez deva obrigar-nos a refletir sobre as raízes medievais de nosso presente e nos mecanismos de que dispomos para nos despirmos de seus preconceitos.

¶ presente antologia

Testa antologia não pode nem pretende ser completa. À falta de uma ambição impossível, cremos que sua compilação ajudará a perceber com maior nitidez alguns de seus temas e dos limites apontados ao longo das páginas precedentes, pois tal e não outro é seu objetivo. Em cada caso, citamos a edição e/ou o estudo que nos sugeriu sua incorporação o que iluminou seus conteúdos e contextos, ainda que sempre deva ser buscada a introdução e a bibliografia final para encontrar as referências pertinentes.

Por não se tratar de uma amostra com a qual pretende-se desenvolver uma crítica textual de ordem filológica, optou-se por aquela edição mais rigorosa e acessível na órbita de nosso trabalho. A ordem cronológica adotada, apesar de seus inevitáveis inconvenientes, exemplifica por sua vez, segundo nosso entendimento, as dinâmicas (“pró- e anti-homoeróticas”, para defini-las de maneira clara) dos séculos medievais, aquelas que tentamos ressaltar ao longo destas páginas. Em todo caso, confiamos em que se observe que, apesar de suas limitações, pretendemos configurar uma seleção representativa de diversas tradições culturais, de diversas línguas, de diversos gêneros literários (em prosa e em verso), de textos religiosos díspares e de documentos históricos, entre outros, do que mostrar as facetas mais sobressalentes do homoerotismo medieval.

Não parece desnecessário destacar que, apesar dos limites desta antologia, cremos que se pode afirmar — como tese subjacente e complementar — que as *formas do discurso*

em torno do homoerotismo durante o Medievo foram plurais em mais de um sentido e em mais de um aspecto, e que somente uma reflexão integradora poderá configurar nossa adequada compreensão. Não há dúvidas de que esta avaliação exige esforços suplementares aos tradicionais; mas ninguém pode tampouco duvidar de que o âmbito das Humanidades deve definir-se como um espaço transversal, onde convivam a ortodoxia e a heterodoxia.





Index

{1}	Agustinus Hipponensis (354-430), <i>Confessiones</i>	61
{2}	Anonymus, <i>Liber monstrorum de diversis generibus</i> (s. VII)	64
{3}	Theodorus Tarsiensis, Archiepiscopus Cantuariensis, <i>Penitencial</i> (c. 700)	66
{4}	Alcuinus (c. 735-804), <i>Dulcis amor lacrimis</i>	71
{5}	Petrus Damianus, <i>Liber Gomorrhianus</i> (c. 1049)	73
{6}	Anselmus Cantuariensis (1033-1109), <i>Ad Gondulfum</i>	82
{7}	Baudricus Dolensis (1046-1130), <i>Ad juvenem nimis elatum</i>	84
{8}	Guibertus de Novigento (1053-1124), <i>De vita sua</i>	86
{9}	Hilarius Anglicus (c. 1100-1150), <i>Ad puerum Anglicum</i>	90
{10}	Aelredus Riaevalensis (1110-1167), <i>De Spirituali Amicitia</i>	94
{11}	Anonyme, <i>Roman d'Eneas</i> (c. 1160)	98
{12}	Hildegarda Bingensis, <i>Liber divinorum operum simplicis hominis</i> (c. 1163-1170)	102
{13}	Anonymus (s. XII), <i>Contra exercentes nefandam libidinem cum masculis</i>	106
{14}	Marie de France, <i>Le Lai de Lanval</i> (c. 1170)	108
{15}	Alanus ab Insulis (c. 1128-1202), <i>De planctu naturae</i>	110
{16}	Matheus Vindocinensis, <i>Ars Versificatoria</i> (c. 1175)	112
{17}	Anonym, <i>Moriz von Craun</i> (c. 1200)	114
{18}	Aimeric de Peguilhan (c. 1190-1221), <i>Li fol e-ill put e-ill fillol</i>	116
{19a}	Anonym, <i>Deutsches Manuskript</i> (c. 1200)	118
{19b}	Anonym, <i>Deutsches Manuskript</i> (c. 1200)	122

{20}	Anonyme, <i>La Vie de Sainte Euphrosine</i> (c. 1200)	126
{21}	Concilium Parisiense 1212, <i>Ordo XXI</i>	128
{22}	Milles d'Amiens, <i>Du Prestre et du Chevalier</i> (c. 1225)	130
{23}	Caesarius Heisterbachensis, <i>Dialogus Miraculorum</i> (c. 1220-1235)	134
{24}	Anonyme, <i>Lancelot en prose</i> (1220-1240)	140
{25}	Albertus Magnus (1206-1280), <i>Enarrationes in secundam partem Evangelium Lucae</i>	144
{26}	Anonymus, <i>Ad puerum</i> (c. 1250)	150
{27}	Bieiris de Romans, <i>Na Maria, pretz e fina valors</i> (c. 1250)	152
{28}	Thomas Aquinas (1225-1274), <i>Secunda secundae summa theologiae</i>	154
{29}	Anonym, <i>Fragment von Maastricht</i> (c. 1280)	158
{30}	Anonyme, <i>Bérinus</i> (s. XIV)	160
{31}	Dante Alighieri, <i>Inferno</i> , canto XV (c. 1310)	162
{32}	Iacobus Fournier, Benedictus XII, <i>Contra Arnaldum de Vernhola...</i> (1318-1325)	166
{33}	Giovanni Boccaccio, <i>Decameron</i> (c. 1350)	170
{34}	William Langland, <i>Piers Plowman</i> (c. 1372-1389)	174
{35}	<i>Contra Benedictus dictus Capello preco</i> (Venetiis, maii 1368)	176
{36}	Geoffrey Chaucer, <i>Canterbury Tales</i> (1386-1400)	180
{37}	Anonymous, <i>Cleanness</i> (c. 1375-1400)	184
{38}	Bernardino da Siena, <i>Prediche volgari</i> (aprile 1424)	186
{39}	Domenico di Giovanni, "Burchiello" (1404-1449), <i>Soneto</i>	190
{40}	François Villon, <i>Testament</i> (c. 1462)	192

Índice

[1]	Agostinho de Hipona (354-430), <i>Confissões</i>	62
[2]	Anônimo, <i>Livro a respeito dos diversos gêneros de monstros</i> (séc. VII)	65
[3]	Teodoro de Tarso, Arcebispo da Cantuária, <i>Penitencial</i> (c. 700)	68
[4]	Alcuíno (c. 735-804), <i>Doce amor em lágrimas</i>	72
[5]	Pedro Damiano, <i>O livro gomorrano</i> (c. 1049)	77
[6]	Anselmo da Cantuária (1033-1109), <i>Para Gondulfo</i>	83
[7]	Baudrico de Dol (1046-1130), <i>A um jovem demasiado sublime</i>	85
[8]	Guiberto de Nogent (1053-1124), <i>Acerca de sua vida</i>	88
[9]	Hilário de Orléans (c. 1100-1150), <i>A um menino inglês</i>	92
[10]	Elredo de Rievaulx (1110-1167), <i>Sobre a amizade espiritual</i>	96
[11]	Anônimo, <i>Romance de Eneias</i> (c. 1160)	100
[12]	Hildegarda de Bingen, <i>O livro das divinas obras para os homens simples</i> (c. 1163-1170)	104
[13]	Anônimo (s. XII), <i>Contra os que praticam a paixão abominável com homens</i>	107
[14]	Maria de França, <i>Lai de Lanval</i> (c. 1170)	109
[15]	Alan de Lille (c. 1128-1202), <i>Sobre o pranto da natureza</i>	111
[16]	Matheus de Vendôme, <i>Arte Versificatória</i> (c. 1175)	113
[17]	Anônimo, <i>Moritz de Craun</i> (c. 1200)	115
[18]	Aimerico de Peguilhan (c. 1190-1221), <i>Sirventês</i>	117
[19a]	Anônimo, <i>Manuscrito alemão</i> (c. 1200)	120
[19b]	Anônimo, <i>Manuscrito alemão</i> (c. 1200)	124

{20}	Anônimo, <i>A Vida de Santa Eufrosina</i> (c. 1200)	127
{21}	Concílio de Paris de 1212, <i>Ordem XXI</i>	129
{22}	Milles de Amiens, <i>O Padre e o Cavaleiro</i> (c. 1225)	132
{23}	Cesáreo de Heisterbach, <i>Diálogo dos Milagres</i> (c. 1220-1235)	137
{24}	Anônimo, <i>Lancelot do Lago</i> (1220-1240)	142
{25}	Alberto Magno (1206-1280), <i>Explicações à segunda parte do Evangelho de Lucas</i>	147
{26}	Anônimo, <i>Para um menino</i> (c. 1250)	151
{27}	Bieiris de Romans, <i>Canção</i> (c. 1250)	153
{28}	Tomás de Aquino (1225-1274), <i>Suma Teológica, segunda seção da segunda parte</i>	156
{29}	Anônimo, <i>Fragmento de Maastricht</i> (c. 1280)	159
{30}	Anônimo, <i>Berinus</i> (s. XIV)	161
{31}	Dante Alighieri, <i>Inferno</i> , canto XV (c. 1310)	164
{32}	Jacques Fournier, Papa Bento XII, <i>Contra Arnaud de Verniolle...</i> (1318-1325)	168
{33}	Giovanni Boccaccio, <i>Decameron</i> (c. 1350)	172
{34}	William Langland, <i>O lavrador do Cais</i> (c. 1372-1389)	175
{35}	<i>Contra Bento Capello, prego</i> (Veneza, maio de 1368)	178
{36}	Geoffrey Chaucer, <i>Os contos da Cantuária</i> (1386-1400)	182
{37}	Anônimo, <i>Limpeza</i> (c. 1375-1400)	185
{38}	Bernardino de Siena, <i>Prédica vulgar</i> (abril de 1424)	188
{39}	Domenico di Giovanni, “Burchiello” (1404-1449), <i>Soneto</i>	191
{40}	François Villon, <i>Testamento</i> (c. 1462)	193



